



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE NOVEMBRO DE 1995**

*Senhor Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira; Senhor Chefe da Casa Civil, Ministro Clóvis Carvalho; Senhor Presidente do Incra, Francisco Graziano; Senhores Parlamentares; Autoridades religiosas e civis aqui presentes; Senhores Diretores e Superintendentes do Incra; Senhoras e Senhores,*

Desde o início do Governo, tenho manifestado, reiteradamente, a disposição de levar adiante o processo de reforma agrária, de democratização do acesso ao uso da terra no Brasil.

Um dos primeiros atos que fiz, depois que assumi a Presidência da República, foi não apenas desapropriar, como já mencionou o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, cerca de 1 milhão de hectares. Diga-se, a bem da verdade, que só pude desapropriar esse 1 milhão de hectares porque isso já vinha de antes. Já havia, no Governo do Presidente Itamar Franco, a determinação de seguirmos nessa direção. Esse processo não se refaz do dia para a noite, mas nós aceleramos esse mecanismo, e eu fiz questão, naquela ocasião, de assinar esse ato numa área desapropriada no Nordeste, no Ceará. Depois, li nos jornais uma porção de

invencionices sobre a área. No Brasil, é assim mesmo. Poucos constroem e muitos estão sempre dispostos a destruir. Mas os que constroem, tendo convicção, ganham dos que querem destruir.

Este Governo é de construção. Nós vamos construir, independentemente das apreciações subjetivas, aqui ou ali, desde que tenhamos o convencimento de que estamos no rumo certo.

Com esse mesmo espírito, tenho estado em permanente diálogo com o Ministro José Eduardo a respeito do avanço do processo de assentamento rural. Tenho compromissos e, dentro das limitações naturais dos seres humanos e das condições políticas, gosto de cumprir os compromissos de campanha. Estou me empenhando em cumpri-los nas várias áreas do Brasil, seja na educação, em que espero que o Congresso aprove uma lei que vai modificar, radicalmente, os recursos da educação, valorizando o professor primário, a escola primária e os setores mais pobres do Brasil; seja na saúde, em que devo dizer que o Governo Federal dobrou, em termos reais, os gastos com a saúde. Não tenho certeza se os resultados equivalem ao dobro do esforço feito, porque é um processo mais complexo do que isso, mas a demonstração está bastante clara de qual é a orientação do Governo na área social e, sobretudo, nesse terreno da reforma agrária.

Nós vamos cumprir a meta que foi fixada e, se possível, superar a meta fixada. Essa meta foi fixada não ao acaso, não por uma palavra de campanha, e me lembro de que alguns dos meus principais contendores fixaram metas extremamente mais elevadas do que aquela que eu já havia fixado. Só que olhei a história, vi o que tinha sido feito, vi que não adianta propor objetivos inalcançáveis e que levam à descrença. É melhor colocar objetivos ambiciosos, mas realistas.

Gosto de me referir a uma expressão que é uma contradição nos termos: uma utopia possível. É uma utopia realista. Em geral, utopia é alguma coisa que você divisa para negar tudo que existe. Não creio que esse seja o caminho. É uma utopia, sim, porque se tem um objetivo que é uma melhora, melhora radical. Mas essa melhora tem que ser vista em termos das condições efetivas, para chegar-se ao objetivo, para que a sociedade perceba que há um caminho.

Pois bem, nós vamos chegar à meta fixada. Para isso, e como é uma velha aspiração de setores envolvidos no processo de reforma agrária, nós precisamos modificar alguns aspectos da lei. A primeira modificação importante é essa que eu assinei hoje. Diz respeito ao mecanismo de imissão na posse. Para evitar o quê? Não o justo direito de defesa, até porque a Constituição assegura o contraditório; mas é para evitar que haja obstáculo, uma vez cumpridos os requisitos da lei; e para que ela seja cumprida. Nós temos que assegurar os direitos de defesa a todos no Brasil. Disso não há dúvida nenhuma, qualquer que seja o aspecto. Mas nós não podemos transformar um direito num instrumento de impedir a justiça.

Então, nós estamos com uma proposta equilibrada, que o Congresso vai examinar, evitando que haja certos abusos que hoje existem e que dificultam o processo de imissão na posse. Há outros aspectos aos quais o Ministro José Andrade Vieira se referiu aqui. Nós vamos também encará-la juntamente com o Congresso Nacional e vamos fazê-la também com brevidade.

Isso mostra que existe, realmente, uma forte disposição de reorganizar esse mecanismo todo. Mas eu quero também deixar bem claro o que já disse em outras ocasiões. Um processo dessa magnitude só se faz ou se chega a bom termo se houver convergência de valores e de pontos de vista. Convergência. Eu pedi o apoio – vejo que o tenho do Congresso – a vários parlamentares, muitos deles são da chamada bancada ruralista. Pedi o apoio da bancada ruralista para o processo de assentamento no campo, porque não podemos transformar a reforma agrária, como eu já vi acontecer em muitas ocasiões da minha vida, num pretexto de radicalização.

Assisti a esse processo nos anos 60. Estive, pessoalmente, no Engenho Galiléia, lá em Pernambuco, quando se fazia o processo de reforma agrária. Vi em Santa Fé do Sul, em São Paulo, muito antes disso. E vi também durante a Constituinte, em que as posições radicalizadas levaram a um impasse. Esse impasse não ajuda ninguém. Não ajuda o Brasil, que precisa de calma para avançar. Não ajuda a produção, que precisa de garantia de que vai continuar existindo uma capacidade de

utilização dos recursos para um aumento da produtividade, para os rendimentos, etc. E não ajuda aos que precisam de terra, porque passam a ter a ilusão de que conseguem na marra. Na marra ninguém consegue nada. Aqui é na lei. É dentro da constitucionalidade, com amplo espírito de negociação, com vontade política definida de aumentar os assentamentos. Mas o Governo não apóia, nem de uma parte, nem de outra, movimentos que sejam movimentos de radicalização.

Vi, constrangido, nos jornais, hoje, uma cena que gostaria de nunca mais ver no Brasil. No Paraná. Uma cena que está publicada nos jornais, em que, talvez por precipitação de decisões, tentaram tirar algumas famílias, poucas, que estavam à beira da estrada.

A ação inicial coube a um Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, que, do ângulo dele, achou que tinha razão. Talvez até fosse razoável ver isso. Bom, em seguida se vêem cenas de violência de lado a lado. Nunca vi sem-terra ter coquetel Molotov. Não é um instrumento de reforma agrária coquetel Molotov... Pode ter sido, noutras épocas, instrumento para certo tipo de insurreição. Hoje em dia, é inútil, desesperado, apenas, mas, certamente, não é um instrumento de manifestar a vontade de assentar na terra.

Também não é possível aceitar que, em função de uma atitude violenta daqueles que estavam ali assentados, a polícia atue com mais violência ainda. Esse clima não leva à reforma agrária. Esse clima leva a acirramentos inúteis de posição. Não é o que o Governo encoraja, nem vai permitir.

Que, pelo contrário, à medida que nós avancemos, avancemos com convergência de pontos de vista, ouvindo os sem-terra, aceitando as reivindicações, discutindo com os proprietários, negociando. Já houve reuniões até com a Sociedade Rural Brasileira. O Presidente do Incra foi lá, como foi aos sem-terra, como foi ao Pontal. Como o Ministro faz, como eu faço. E nós vamos resolver essas questões. Dá para resolver, dá para avançar.

Vou manter o compromisso que assumi, aqui, nesta sala, com os sem-terra, de tirá-los dos acampamentos. Nós já estamos avançando e vamos avançar bastante. Vamos tirá-los dos acampamentos, não há dúvida nenhuma. Essa é uma questão que o País sabe que é assim e tem

sustentação na sociedade. A sociedade apóia o processo de assentamento rural, porque sabe que essas populações precisam ter acesso ao trabalho, precisam ter meios de sobrevivência.

Não é nem tanto em função da produção que, eventualmente, possa ser feita, embora seja muito importante, porque nós temos que ter assentamentos que andem sozinhos, e não que fiquem como uma espécie de funcionário público disfarçado, assentados no campo e pagos pelo Governo. O País não vai ter condições para agüentar isso. Essa época não existe mais. Então, vamos ter que dar condições efetivas, vamos dar, sim, o financiamento para o trabalhador assentado.

Olha, nestes meses de Governo, se houve uma área da qual me ocupei, junto com o Ministro, junto com os técnicos, foi a área agrícola. Aqui, há vários que são testemunhas do esforço enorme que o Governo fez.

Nós herdamos uma situação de grande desordem no setor agrícola: juros impossíveis, que eu chamei de escorchantes, num dado momento; atrasos de pagamento, inadimplência, dificuldade de todo tipo. Nós equacionamos. Custou, sei que custou, mas está equacionado. E, nesse equacionamento, talvez, não sei se pela primeira vez, mas, poucas vezes, se cuidou tanto do pequeno produtor, da agricultura de base familiar, do agricultor assentado, dos mecanismos específicos para os financiamentos, da taxa de juros diferencial para o pequeno agricultor. Fizemos. Os efeitos estão acontecendo. Essas questões não se resolvem de um dia para o outro.

Para resolver o passivo agrícola no Brasil, nós renegociamos. Os Deputados sabem. Foi de 7 bilhões de reais. Até que essa economia volte a ter confiança nela própria e confiança até no próprio Governo, nas instituições financeiras, leva algum tempo. Mas eles vão plantar. Tenho certeza de que vão plantar, porque nós demos condições, de novo, de esperança. Só que o povo não pode viver só de esperança. Esperança tem que se concretizar.

Isso que eu digo para os produtores rurais vale também para os sem-terra. Não podem viver só de esperança, não podem viver só da palavra genérica de solidariedade. Eles têm que sentir que está havendo um avanço.

Agora, esse avanço vai haver. Havendo esse avanço, como está havendo, nós também vamos pedir, e já pedi à Pastoral da Terra, da Igreja – Dom Damasceno sabe disso, porque ouviu a conversa – que nos ajudasse no sentido de desmobilizar tendências que não são construtivas, de fazer com que as pessoas, realmente, acreditem que as coisas estão indo num caminho, que é o desejado, no tempo mais rápido, dentro do possível e com negociação. Sempre com negociação.

Isso é parte da civilização contemporânea. Não adianta nós termos utopias regressivas. É bonito. Às vezes, consola a alma, mas a alma que não é bem-formada, porque a bem-formada não quer ser consolada: ela quer mudar, ela quer melhorar, ela quer que as coisas avancem. E as utopias regressivas não avançam. Então, a utopia de que será possível fazer, no atropelo, qualquer coisa de parte a parte não funciona.

Nós vamos fazer dentro da negociação, dentro da lei, ouvindo, tomando as decisões, assumindo a responsabilidade, tendo coragem de assumir responsabilidades, mostrando o caminho, fazendo com que esse caminho seja palmilhado de realizações, mas sem atropelos.

Tenho a certeza de que agora, no Ministério da Agricultura, no Incra – aproveito para agradecer a cooperação do Francisco Graziano, que eu cedi ao Ministro Eduardo Vieira; ele trabalhava comigo –, nesse espírito, que não pode ser outro, não adianta fazer intriga de uns contra outros. Isso não funciona no espírito de cooperação, de convergência – convergência realmente geral –, com boa vontade e, no caso, especificamente, sabendo que há uma dívida social. Nesse sentido, os sem-terra são simbólicos dessa dívida. Portanto, é esse o nosso objetivo. O objetivo é realmente aumentar a quantidade dos assentados, com um processo de assentamento de qualidade, e fazer com que a cooperação funcione a contento.

Dentro desse espírito, acho que nós vamos – o Incra, com a sociedade civil, com os sem-terra, com as sociedades agrícolas, com as sociedades rurais, com os sindicatos de produtores, com todos juntos, dentro desse espírito –, vamos, realmente, mudar o Brasil.

Não posso prometer que, em quatro anos, três anos, as coisas sejam resolvidas. Não é esse o objetivo. Não estou fazendo coisas para o meu

Governo. Estou fazendo coisas que têm significado para o País. Tenho que deixar bem claro que é uma guinada. O Brasil mudou de rumo, porque a sociedade quis mudar de rumo. E as coisas estão sendo feitas de tal maneira que elas vão ser irreversíveis. Não se completam, não dá para se completarem em tão curto tempo, mas nós precisamos – uma vez tomado um rumo e a sociedade sentindo que esse rumo é correto – que isso se torne irreversível.

A reforma agrária é um processo. Não acaba em um ano, não acaba em dois, em três. Mas nós temos que criar um movimento, uma dinâmica que, dentro desse espírito de compreensão, de respeito à lei, de boa vontade, se torne também um processo irreversível, porque essa é uma dívida que nós temos para com aqueles que precisam de trabalhar e dar sustento a seus filhos.

Era o que eu queria dizer e agradeço muito a presença de todos.